

"Inferioridade Feminina: O (des)enredo da violência"

Joana Sueli De Lazari

Sobre a autora

Professora Adjunto do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação/UFSC. Licenciada em Pedagogia, Mestre em Aconselhamento Psicopedagógico (PUC/RJ), Doutoranda em Educação/UFRGS.

Summary

This paper is part of a research on the gender construction, understood as a process concerning the field of the human cultural production.

I only intend to suggest some theoretical "clues" that seem necessary to initiate a discussion about an old though contemporary: the women's subordination.

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre construção de gênero entendida como um processo que pertence à esfera das produções eventuais humanas.

Pretende-se, apenas, sugerir algumas "pistas" teóricas que parecem necessárias para uma reflexão inicial sobre um problema antigo e incrivelmente contemporâneo: a subordinação da mulher.

Este ensaio não pretende tecer considerações a respeito da especificidade da violência sobre mulheres.

Entendemos que essa e outras possíveis formas equivalentes, bem como toda e qualquer manifestação de (des)humanidade, precisam ser visualizadas no interior de um determinado contexto histórico que as engendra e as recompõe continuamente. Por conseguinte, assinalamos a característica de pertencerem ao terreno das produções culturais do ser humano, o que significa atribuir-lhes o caráter de provisoriaidade.

Se muitos são os questionamentos e as controvérsias a respeito das origens de uma subordinação feminina em nossa civilização ocidental, muitas são igualmente, as 'brechas' projetadas para sua superação.

Nossa intenção é de aqui, alinhar 'pistas' teóricas que nos parecem necessárias para compor uma reflexão inicial sobre esse problema secular e incrivelmente contemporâneo: a subordinação da mulher.

1. Um intrôito Conceitual

Para que uma comunicação correta seja realizada torna-se necessário, primeiramente, que certos conceitos sejam esclarecidos, ainda que de forma resumida. Usaremos o modo sugerido por Chauí (1985) para lidar com a noção de "violência" que, como veremos, liga-se estreitamente com outros conceitos, também socialmente construídos.

A idéia do Poder entendemos como

A capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à existência pública de uma coletividade, de tal maneira que seja expressão de justiça, espaço de criação de direitos e garantia do justo pelas leis, sem coação. (Chauí, 1985, p. 34)

E preciso considerar que em nossa sociedade dividida em classes, o poder não pode ser confundido com instituições, instâncias de mando, nem com ocupantes dessas instâncias que exprimam apenas os interesses particulares de determinada classe quando em presença de e em luta frente a outra. Trata-se, portanto, de entendê-lo como o reconhecimento de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais diferenciados sem, contudo, identificá-lo com o governo nem o Estado. Refere-se, assim, à expressão dos direitos daquela parte da sociedade cujo desejo é não ser comandada nem oprimida. Identificado então, como "o pólo onde a lei não é coação, o direito não é interesse e a justiça não é formal" (Chauí, op. cit., p.34).

A idéia de Força entendemos como " a ausência de poder, isto é, da

capacidade coletiva para tomar decisões consensuais sobre a existência da coletividade." (Chauí, op.cit., p.34). Existe, então, um desejo de mando e tentativa de opressão de um grupo social, de uma classe sobre outra. Refere-se assim, as relações que se caracterizam pela exploração econômica, dominação política, sujeição ideológica, coação físico-psicológica, estando ausente, portanto, o poder.

Entendemos por **Violência** "uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais." (Chauí, op.cit., p.35). Não deve ser vista como transgressão de normas, leis, mas principalmente, como a transformação de uma assimetria e de uma diferença, numa relação de desigualdade marcada pela hierarquia, tendo em vista a dominação, exploração e opressão, pelo lado mais forte. Isto conduz para a consideração do ser humano como uma coisa e não como um sujeito, estando ausentes, portanto, a atividade e a fala. Convém lembrar que na pura relação de força a finalidade é a destruição de uma das partes, destruindo-se também enquanto relação. Por outro lado, a violência pretende manter a relação através da justiça mediatisada pela vontade de uma das partes que consente na submissão à outra.

Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheia pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas, submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. (Chauí, 1985, p.35).

2. A Inferioridade Feminina: Uma Construção Cultural de Gênero

A literatura feminista vem mostrando que a história das mulheres tem sido denunciada como a história de sua opressão. Acrescentaríamos dizendo que a história das mulheres pode-se revelar através de um esforço de ocultação, isto é: a ocultação das formas de violência à mulher e a ocultação das formas de resistência da mulher aos processos de violência.

Com esta linha de raciocínio estamos querendo indicar que a inferiorização da mulher é um processo histórico que carrega as contradições e peculiaridades do contexto onde se engendrou; trata-se portanto, de uma produção cultural.

Uma Leitura Existencialista

Simone de Beauvoir, no clássico "O Segundo Sexo" tenta ler, à luz do existentialismo sartreano, como se estabeleceu a hierarquia dos sexos, com a consequente inferiorização da mulher.

... quando duas categorias humanas se acham em presença,

cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade.

Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. (Beauvoir, 1986, p.81).

E então compreensível que o homem tenha sentido vontade de dominar a mulher; é desafiador procurar compreender que privilégios lhe possibilitaram realizar essa vontade.

A história da humanidade nos mostra que desde a origem dos tempos, o chamado 'homo faber' é um inventor. Já os rudimentares utensílios são instrumentos empregados para se apossar das riquezas do mundo. E nessa atividade que experimenta seu poder: colocando objetivos projeta caminhos para alcançá-las; superando o presente abre o futuro, realiza-se como existente. Não atua apenas para conservar o mundo dado mas, tenta ampliar seus limites e ai reconhece sua humanidade.

Se considerarmos o plano biológico, é somente criando-se de novo que uma espécie se mantém; mas, tal criação significa uma repetição da mesma vida sob formas diversas. E transcendendo a vida, através da existência, que o ser humano garante a repetição da vida criando valores que ultrapassam a simples repetição. É porque o ser humano sendo 'anti-physis' é transformador que modifica a natureza e portanto, transforma-se a si mesmo; e, sem se repetir, registra sua passagem mundana como um existente, nas marcas de sua ação transformadora. E assim, então, que o macho humano, servindo à espécie transforma a face do mundo, forjando um futuro.

Pondo-se como soberano ele encontra a cumplicidade da própria mulher, porque ela é também um existente, ela é habitada pela transcendência e seu projeto não está na repetição e sim na sua superação em vista de um futuro diferente; ela acha no fundo de seu ser a confirmação das pretensões masculinas. Associa-se aos homens nas festas que celebram os êxitos e as vitórias dos machos. Sua desgraça consiste em ter sido biologicamente votada a repetir a Vida, quando a seus próprios olhos a Vida não apresenta em-si suas razões de ser e essas razões são mais importantes do que a própria vida. (Beauvoir, 1986, p.85).

Assim é que a fêmea, mais que o macho, é prisioneira da espécie. Enquanto a invenção dos instrumentos, a luta pela manutenção da vida consistiu para o homem uma atividade, um projeto, para a mulher a maternidade possibilitou amarrá-la a seu corpo. Enquanto o projeto do homem é não se repetir e construir um futuro, este cria a existência como valor; escraviza a Natureza e a Mulher.

Se a palavra que habita a humanidade é transformação, resta saber se essa condição da mulher tem-se perpetuado ou evoluído através dos tempos.

Para Simone de Beauvoir a relação dos dois sexos não apareceu como simétrica (apenas em situações formais), de dois pólos. O homem representa ao mesmo tempo, o positivo e o neutro.

Assim, dizemos 'os homens' para designar os seres humanos. A mulher aparece como o negativo, de tal forma que toda determinação lhe é colocada como limitação, sem reciprocidade.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher, não em si, mas em relação a ele. E o que simboliza, por exemplo, a história do Gênesis sobre o aparecimento de Eva.

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; para ele a fêmea é sexo, logo ela o é de modo absoluto; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, a mulher é o Outro. Essa categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Já nas mais primitivas sociedades, mitologias, pode-se encontrar uma dualidade onde aparecem as categorias do Mesmo e a do Outro. Essa divisão não foi, entretanto, estabelecida inicialmente a partir da divisão dos sexos, nem mesmo da oposição do Bem ao Mal, dos princípios de direita e esquerda. A alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Referindo-se a um raciocínio hegeliano a esse respeito, a autora mostra poder-se descobrir na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência: o sujeito só se põe em se opondo; ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. Só que a outra consciência lhe opõe uma pretensão recíproca. Nenhum sujeito se coloca espontaneamente como objeto; não é o Outro que, ao definir-se como Outro define o Um, mas é posto como Outro pelo Um que, ao assim proceder, se define como UM. Porém, a fim de que o Outro não se transforme em Um é necessário que se sujeite a esse ponto de vista alheio.

Nem mesmo a necessidade biológica, o desejo de posteridade, que coloca o macho sob a dependência da fêmea, libertou socialmente a mulher.

O 'senhor e o escravo' estão como que unidos por uma necessidade econômica recíproca que não liberta o escravo. Isto porque, nessa relação, o senhor não coloca a necessidade que tem do escravo; detém o poder de satisfazer esta necessidade, sem mediá-la. O escravo, ao contrário, em sua condição, por diferentes motivos, interioriza a necessidade que tem do senhor.

Entre a mulher e o homem nunca houve uma partilha do mundo em igualdade de condições. Do ponto vista econômico, homens e mulheres constituem como que duas castas. Porém, são eles que continuam tendo situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito, ocupando os lugares mais importantes, seja na indústria, seja na política. São os poderes concretos que possuem e que se ampliam e buscam sua perpetuação através de todo um processo de socialização das gerações mais jovens. E como uma intrincada rede onde o presente se enraíza no passado e, nesse passado, a história tem sido feita pelos homens. A partir do momento em que as mulheres

começam a participar na construção do mundo, esse mundo é, ainda, um mundo que pertence aos homens.

Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes. O homem suserano protegerá materialmente a mulher vassala e se encarregará de lhe justificar a existência. (Beauvoir, 1986, p.15).

Nessa perspectiva sartreana ocorre que a mulher, mesmo sendo como todo ser humano, habitada pela liberdade, escolhe-se e se define a partir da condição de Outro que os homens lhe impõem.

Não resta dúvida de que o esforço teórico feminista de Simone de Beauvoir tenha sido o mais aprofundado até o inicio da década de 50, pois, além de relacionar o feminismo com as melhores idéias de nossa cultura, procurou assentá-lo em bases históricas.

Postulou como explicação final o conceito básico hegeliano de alteridade, cuidando de documentar rigorosamente as circunstâncias biológicas e históricas que empurraram as mulheres em tal categoria.

Com a evolução do existentialismo sartreano, sendo Beauvoir sua principal discípula, suas colocações evoluem junto, expondo inclusive seu ponto de vista no que concerne às práticas, visando a superação da condição de inferioridade por parte das mulheres, concretamente situadas. Nesse prisma essa autora se posiciona em relação às possibilidades de libertação das mulheres tanto em um plano individual como coletivo.

No plano individual a primeira coisa é trabalhar. Se possível evitar o casamento (...) Creio que o casamento é perigoso para a mulher. (...) Se queremos ser verdadeiramente independentes o importante é ter uma profissão, trabalharmos. (...) O trabalho não é uma panacéia mas é, apesar de tudo, a primeira condição da independência. (Beauvoir in Sscwarzer, 1986, p.41).

Quando se refere à emancipação coletiva expressa:

A emancipação individual não é suficiente. E preciso um trabalho coletivo, ligado à luta de classes. As mulheres que lutam pela emancipação da mulher não podem ser verdadeiramente feministas sem serem de esquerda porque, se o socialismo não é suficiente para garantir a igualdade dos sexos, é necessário. (Beauvoir in Schwarzer, 1986, p.43).

Uma Leitura Marxista Clássica

Não resta a menor dúvida de que um fator decisivo na revolução econômica da humanidade foi o trabalho de Marx e Engels

sobre o antagonismo de classes. Trabalho esse onde desenvolveram um método de análise, ao mesmo tempo dialético e materialista. Por terem sido capazes de ver a História mais como um filme do que como um álbum de retratos, tentaram compreender-lhe os mecanismos esperando mostrar ao ser humano como dominá-la.

A tomada pela classe proletária, dos meios de produção, levaria a um comunismo onde o governo se retrairia, não necessitando mais oprimir a classe inferior em benefício da classe superior. Na sociedade sem classes os interesses de todo os indivíduos seriam sinônimos dos interesses da sociedade.

Mas, por razões das mais diversas, a própria história tem mostrado que, mesmo nos considerados regimes socialistas, apesar de Marx e Engels, esse fato não aconteceu e nem tão pouco as mulheres conseguiram escapar de sua condição de inferioridade (Alambert, 1986).

Engels coloca a origem da opressão sexual a partir do aparecimento da propriedade privada e da sociedade de classes (Engels, 1982).

Isto significa que, para esse autor as relações de poder entre os sexos, desde sua origem, surgem subsumidas às contradições de classe da sociedade. Considera a configuração das relações de opressão sexual como parte intrínseca da divisão do trabalho que, em sua evolução até o capitalismo, levou a separar duas esferas ou âmbitos de atividade social: a esfera pública e a esfera privada. (...) A mulher ficou reduzida à família e esta separada da produção social. (Bringas, 1986, p.70).

Com isto esse autor observou que a original divisão do trabalho entre o homem e a mulher estabeleceu-se com fins de reprodução. No que concerne ao sistema de divisão sexual só o admitiu enquanto sobreposto à ou iluminando a estrutura econômica da sociedade. Isto significa que, para Engels, a sexualidade é vista através de um filtro econômico.

Na literatura do marxismo clássico podemos constatar uma certa omissão teórica quanto ao problema da subordinação da mulher; não se encontra nenhum capítulo específico sobre o tema mas, algumas referências que denotam alguma preocupação com o assunto. Engels visualiza a abolição da supremacia masculina e da família monogâmica com o aparecimento da grande indústria, a absorção da mão-de-obra feminina e o estabelecimento de novas relações de gênero nas famílias da classe operária:

"...a necessidade de criar uma verdadeira igualdade social entre ambos (marido e mulher) (...) só será visto claramente quando ambos possuirem completa igualdade de direitos. Então (...) a primeira condição para a libertação da esposa é trazer todo o sexo feminino para a indústria pública." (Engels, 1974, p.261, trad. livre).

As explicações relativas à abolição dessas condições de supremacia masculina vinculam-se ao desaparecimento da propriedade na família operária, arrastando consigo o fundamento material para a monogamia. Além disso, a mulher passando à condição de trabalhadora asseguraria sua própria subsistência e portanto, independência do marido. Por conseguinte, a subordinação da mulher se especifica em termos de sua participação na produção; o antagonismo entre os gêneros vincula-se ao aparecimento da propriedade privada e portanto, sua superação ocorreria apenas com a abolição dessa forma de propriedade. Essa posição teórica de Engels parece, contudo, alterar-se quando de sua constatação posterior sobre a participação feminina na indústria. Assim, em "A situação da classe operária na Inglaterra" (1985), fica sugerido que, para Engels, o trabalho feminino e a igualdade entre os gêneros poderia levar a perda de dignidade masculina e à destruição da família trabalhadora:

"em muitos casos a família não fica totalmente desagregada com o trabalho da mulher, mas fica completamente desordenada. E a mulher que alimenta a família, é o homem que fica em casa, cuida das crianças, limpa os quartos e prepara a comida. (...) Pode-se imaginar a legítima indignação entre os operários devido a estas alterações de toda a vida familiar" (p.167).

Não se pode esquecer o peso político que se atribuía à família operária que, se deteriorada em sua dignidade poderia provocar um enfraquecimento da luta política dos trabalhadores. A família seria vista então, como o último reduto emocional, fonte de solidariedade, de reconhecimento, etc, que restaria a esta classe para uma luta de maior amplitude. Contudo, convém igualmente observar a presença deste paradoxo: o Engels que previa a emancipação da mulher com seu ingresso na indústria é o mesmo que se atemoriza com a possível desestruturação da família operária, em virtude desse mesmo elemento de emancipação.

Uma pista psicanalítica

Próprio das grandes turbulências é o aparecimento de ventos que podem soprar em diferentes direções. As turbulências do séc. XIX não fugiram à regra. Em suas décadas finais assistimos à entrada em cena de outro grande teorizador da humanidade - Freud. O ponto inicial de seus estudos concentra-se no desenvolvimento do papel que a sexualidade exerce sobre o comportamento do ser humano; este considerado como um ser primordialmente biológico, dotado de complexos e contraditórios sentimentos, cuja humanização coincidiria com um longo processo de internalização de normas produzidas socialmente e que garantiriam a própria sobrevivência da sociedade. Sem a pretensão de simplificar noções tão abrangentes do pensamento desse autor, podemos dizer que, a partir especialmente de estudos de Morgan e Frazer, Freud elaborou um profundo estudo de natureza psicanalítica-antropológica - "Totem e Tabu", 1913. Resumidamente, dizemos que inicia com a descrição da horda primitiva, onde supunha a existência de um macho poderoso que concentrava em si o controle

absoluto que se expressava: no poder de posse sobre todas as fêmeas e no poder de expulsão de todas os filhos machos. Numa das passagens desse ensaio temos

"Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. (...) O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo parte de sua força" (Freud, S. 1967, V. III, p. 170).

E verdade que, a primeira vista pode-se perceber em Freud uma visão bastante pessimista do ser humano; entretanto, não se pode negar-lhe seu componente de forte realismo. Em outra passagem escreve:

"Os desejos sexuais não unem os homens mas, os dividem.

Embora os irmãos se tivessem reunido em grupo para derrotar o pai, todos eram rivais uns com os outros em relação às mulheres (...) não tiveram outra alternativa, se queriam viver juntos (...) do que instituir a lei contra o incesto, pela qual todos, de igual modo renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai." (idem, p.172).

E correto porém, afirmar que uma profunda lacuna encontrada nos estudos de Freud refere-se, exatamente, à questão da mulher (por ele próprio denominado de 'continente obscuro') que, tanto nesse ensaio como em vários estudos posteriores, é percebida de uma forma passiva, um ser sem vontade própria, características essas que permitiram constitui-la também como objeto de desejo e disputa.

Entretanto, a despeito de um certo "viés de patriarcalismo", não se pode ignorar as contribuições de Freud a respeito de outras importantes considerações sobre a complexidade do ser humano e de sua necessária humanização. Não é sem razão que os teóricos da Escola de Frankfurt sugerem uma busca no que existe de mais profundo nos estudos psicanalíticos, ou seja, a parte que trata sobre a Metapsicologia, como um poderoso referencial teórico para desvendar os labirintos do processo de mudança social.

Uma Leitura do Feminismo Radical

Assim é que, em se referindo à inferiorização das mulheres é preciso, além de incluir as análises do materialismo histórico, ir mais adiante.

Pois, um diagnóstico econômico que remonta à propriedade dos meios de produção e até dos meios de reprodução, não explica tudo. Existe um nível da realidade que não deriva diretamente da economia. (...) antes de ser econômica a

realidade é psico-sexual. (Firestone, 1976, 16).

Shulamith Firestone, representante do chamado Feminismo Radical afirma que o dualismo básico entre os sexos assenta suas bases no próprio sexo, isto é, a própria biologia se encontra na base desse dualismo.

Indica que, ao contrário das classes econômicas, as categorias sexuais surgiram diretamente de uma realidade biológica, onde homens e mulheres foram criados de modo distinto e diferentemente privilegiados. Entretanto, essa diferença para se desenvolver não teve a necessidade do domínio de um grupo sobre outro, como ocorre com as funções reprodutivas dessas diferenças. Vê então, que a chamada família biológica consiste em uma esfera onde o poder de distribuição é inherentemente desigual. A família biológica, unidade básica de reprodução, homem-mulher-criança, em qualquer forma de organização social, caracteriza-se, conforme essa autora, pelas seguintes contingências fundamentais:

1. as mulheres, através de toda a História, antes do advento do controle da natalidade, estando à mercê de sua biologia (menstruação, partos, amamentação, cuidados com crianças) fizeram-se dependentes dos homens (pai, irmão, marido, companheiro, comunidade em geral) para assegurar a própria sobrevivência física;
2. as crianças, exigindo um tempo maior do que os animais para se desenvolver e se defender, estiveram sempre muito mais dependentes dos adultos para a sobrevivência física;
3. em todas as sociedades sempre existiu, de alguma forma, a interdependência básica mãe-filho, que exerceu e exerce determinações diversas na psicologia tanto das mulheres como de toda criança;
4. a diferença natural da reprodução entre os sexos levou diretamente à primeira divisão de trabalho baseada no sexo. E é essa diferença que está na origem de toda divisão posterior em classes econômicas e culturais.

E, apesar de ser verdade que o núcleo familiar é apenas um desenvolvimento recente, o qual (...) intensifica os castigos psicológicos da família biológica, apesar de ser verdade que através da História, houve muitas variações nesta família biológica, as contingências que descrevi existiram em todas elas, gerando distorções psico-sexuais específicas na personalidade humana. (FIRESTONE, 1976, p.19).

Uma Leitura Neomarxista

Representantes do neomarxismo, mais próximos talvez da chamada vertente estruturalista, apresentam também sua visão a respeito da condição de inferioridade feminina. Sem adentrar alguns

problemas que essa vertente suscita, estudiosos como SAFFIOTI (1984) mostraram, por exemplo, que a inferiorização da mulher se concretiza formalmente quando de sua participação nas atividades produtivas. Tal inferiorização ocorre em virtude do comando das conjunturas extremamente variáveis da economia capitalista, através da mediação das ideologias.

A formação sócio-econômica capitalista, a fim de se manter precisa estar sempre cuidando da construção de um manto bem elaborado para recobrir as injustiças sociais. É assim que, na defesa de valores supostamente elevados, como a harmonia das relações da família, o bom desenrolar dos serviços domésticos, a preservação de certos métodos de socialização dos mais jovens, emprega-se uma utilização racional de critérios irracionais. Então, sob um involúcro ideológico de debilidade física, instabilidade emocional, inferioridade cognitiva, dentre outros, ajudando a caracterizar o ser mulher, imprimem ao trabalho feminino o caráter de subsidiário, e a mulher, passando a elemento constitutivo, com destaque, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas.

E enganoso supor-se, contudo, segundo esse enfoque, que o número de mulheres economicamente ativas se eleva à medida que o desenvolvimento econômico-social se expande. Na verdade, o que acontece é um subaproveitamento desta mão-de-obra, quando participante. Ocorre então que a esfera ideológica atua no sentido de promover a dominação das mulheres e apresentar justificativas para sua marginalização, ou mesmo expulsão do mercado de trabalho. Os preconceitos atuam no sentido de instaurar na personalidade feminina uma profunda ambiguidade, levando a mulher a flutuar entre os extremos do padrão trabalhadora-dona de casa. E é justamente nessa ambiguidade que reside um dos maiores trunfos da estrutura capitalista, em termos de capacidade de manobra.

E esta ambivalênciaposta na mulher, através do processo de socialização, que responde às exigências de uma economia sujeita a períodos de prosperidade e a períodos de recessão, é que faz da mulher uma trabalhadora especial, diferente do homem, uma vez que este tem sua personalidade constituída socialmente, segundo o padrão, precipuamente, de trabalhador. (Saffioti, 1984, p. 86).

3. Perspectivas para uma Reflexão

Retomando os referenciais e os enfoques que as diferentes leituras realizam é possível trazer, ainda, alguns aspectos que ajudem a projetar perspectivas a uma reflexão, embora, sem retoques conclusivos.

Numa primeira aproximação já podemos perceber que existe um ponto em comum: a afirmação da existência de uma condição de inferioridade da mulher em virtude de diferentes formas de opressão sobre ela exercidas, seja diretamente pelo homem, seja por arsenais

ideológicos da sociedade onde se inscreve.

Conforme o núcleo e o modo próprio de cada construção teórica, percebe-se algumas divergências quanto ao indicar a origem dessa opressão.

Percorrendo os referenciais que nos serviram de suporte teórico, podemos encontrar como que propostas para superação dessa condição de inferioridade feminina, de acordo com as diferentes leituras.

Assim, por exemplo, para o enfoque existencialista, num primeiro momento, a categoria de alteridade explica a inferiorização da mulher, concretamente situada. Num segundo momento, com a vinculação de Simone de Beauvoir aos movimentos de luta pela libertação da mulher, a categoria de projeto, enfatizando a idéia de trabalho como práxis, sugere horizontes emancipatórios, como já foi apresentado em tópico anterior. Mas essa autora se define ainda de modo mais incisivo quando declara:

(...) a luta de classes propriamente dita, não emancipa as mulheres. Quer se trate de comunistas, trotskistas ou maoistas, há sempre uma subordinação da mulher ao homem. (...) Eliminar o capitalismo não significa suprimir a tradição patriarcal, uma vez que se mantém a família (...) Se o feminismo tem exigências muito radicais e chega a fazê-las prevalecer, nesse momento ameaçará de fato o sistema. (Beauvoir, in Schwarzer, 1986, p.39).

Sob a referência do Marxismo clássico, pode-se perceber, quanto a este assunto, que o poder masculino no mundo 'civilizado' se baseia nas formas e nas relações capitalistas de produção e, portanto, se exercita e se reproduz tanto dentro como fora da família; no privado e no social. Tem-se também que a subordinação feminina é componente fundamental do modo capitalista de produção, assim como os privilégios e as opressões apresentam-se entrelaçadas com a condição masculina. Com isto, a contradição feminina se revela como um momento qualificado da contradição de classe. A esse respeito, vale destacar a proposição expressa por uma seguidora contemporânea desse enfoque:

O reconhecimento do conexão dialético entre o social e o privado, entre o econômico e o cultural, entre o material e o psicológico, entre as relações de produção e as relações interpessoais, enfim, entre a infraestrutura e a superestrutura que dela deriva, eis o desafio que o feminismo marxista deve encarar, se quiser contribuir, realmente, do ponto de vista teórico, para resolver de modo global a questão feminina. (Alambert, 1986, p.121).

O prisma do Feminismo Radical indica que, em virtude das conotações e interesses socialmente construídos sobre o fenômeno da reprodução, foi imposto à mulher o papel da parte dominada, porque presa às contingências biológicas. Sua principal representante,

Shulamith Firestone acredita que uma proposta de um feminismo radical deve supor a existência de condições materiais que possibilitem à mulher libertar-se dessas contingências ligadas à reprodução. Com isto a base biológica da primeira divisão de trabalho na sociedade estaria eliminada. Em suas propostas alternativas essa autora desenvolve uma reflexão em torno de dois temas da Ecologia considerados muito próximos a um feminismo radical, isto é:

- a reprodução humana e seu controle, onde aponta como alternativa um processo de reprodução artificial e, com isto a instauração de uma nova atitude de homens e mulheres em relação ao nascimento de outros seres humanos: ambos seriam independentes;
- a cibernetica como possibilidade de mudança na relação homem-trabalho-remuneração e demais relações dai provenientes.

A autora quer associar assim, a libertação das mulheres à das crianças, antevendo novas formas de relacionamento na sociedade humana, onde uma redefinição dos modos de produção e reprodução possibilitaria uma transformação radical, tanto na família como na sociedade:

Para redefinir de um modo tão radical nosso relacionamento com a produção e a reprodução é preciso destruir simultaneamente, o sistema de classes, assim como a própria família. (Firestone, 1976, p.231).

De acordo com a referência Neomarxista, a família tem funcionado como coadjuntante do sistema econômico, na medida em que disfarça suas incongruências, suas contradições. Assim é que em havendo uma divisão das tarefas domésticas e a partilha da responsabilidade dos afazeres ligados à socialização dos imaturos, bem como uma orientação da mulher no sentido do desempenho de uma atividade econômica, estaria liberada do lar uma força de trabalho, para o qual, entretanto, não há ainda lugar na estrutura ocupacional.

Assim, tornar livre a competição por um lugar na estrutura ocupacional e introduzir mudanças na família, significaria anular o papel mediador desta esfera na atenuação das tensões sociais. Pois, enquanto a socialização da mulher cultivar a ambivalência em relação aos papéis domésticos e ocupacionais restará ao indivíduo feminino atuar como força de trabalho-reserva, sujeitando-se a diversos modos de trabalho, ou mesmo ocupando posições subalternas ou de pouca responsabilidade, em virtude de sua própria instabilidade contida no padrão dona-de-casa-trabalhadora.

Se na personalidade feminina ideal a formação e, sobretudo, a consciência profissional ganham a posição de relevância que assumem na personalidade masculina ideal, estar-se-á transpondo para o plano da família o processo de competição por um lugar na estrutura de classe que até o presente momento histórico foi contido pela

manutenção dos preconceitos que alimentam a situação de inferioridade da mulher. (Saffioti, 1984, p.94).

Reunindo, então, essas considerações teóricas a respeito da inferioridade feminina em nossa sociedade, que sabemos não serem exaustivas, e retomando o conceito de 'violência' conforme apresentado no inicio deste estudo, pode-se depreender que:

- a utilização desta idéia de violência, transformadas em diferentes modalidades práticas reflete a tentativa de conservação da estrutura e do sistema social-econômico que a construiu;
- neste contexto a mulher aparece como um dos seres mais desprivilegiados em virtude de um certo esforço para 'naturalizar' valores essencialmente históricos que atuam na construção enquanto gênero.

Conforme pensamento de Chauí

Quando examinamos a 'subjetivização' das mulheres, notamos que lhes foram dadas finalidades 'internas' a partir do exterior. A sutileza do procedimento consistiu em dotar as mulheres de vontade e de liberdade para que a interiorização das finalidades externas se fizesse com o consentimento, a colaboração e a cumplicidade das próprias mulheres. (Chauí, 1985, p.46).

E então que algumas indagações nos pertubam: onde se encontrariam as raízes do consentimento das mulheres no que se refere ao aceitar a sua construção como sujeitos heterônomo?

Porque empregar conceitos como, por exemplo, interiorização, internalização de valores e finalidades, obriga-nos a recorrer a algum modelo teórico que seja capaz de explicar como ocorrem tais processos.

Pensamos que, apesar de inúmeras controvérsias e dificuldades, um modelo que consegue dar conta dessa tarefa é o freudiano, ao explicar os conceitos de interiorização, internalização, no processo de defesa denominado introjeção.

Outro modelo teórico seria o piagetiano ao explicar a evolução e o desenvolvimento cognitivo e suas concomitantes esferas social e moral.

De um modo extremamente resumido, pode-se dizer que esse processo implica a passagem de uma consciência egocêntrica, em que o indivíduo não consegue incorporar o ponto de vista dos outros e reage às colocações externas como fatos 'em si', imutáveis, para uma consciência cooperativa baseada na reciprocidade, na capacidade de compreender tanto o ponto de vista alheio como os fatos exteriores, deixando de ser imutáveis, e relativizando o cumprimento dos deveres.

Recorrer linearmente à explicação sobre processo de

socialização feminina para ancorar a atuação da ideologia (no caso patriarcal), a fim de justificar a inferiorização da mulher pela produção de uma ambiguidade na consciência, pode também conduzir ao raciocínio que supõe a mulher como um ser passivo que, se não oferece resistência aos mecanismos de socialização, é ao menos incapaz tanto de desenvolver estruturas autônomas de consciência, bem como, de inventar estratégias correspondentes de ação que lhe permitam escapar das amarras violentas da opressão.

Quem sabe se não conviria pensar, por exemplo, na exigência ontogenética postulada por Freud (1967), quando faz culminar o desenvolvimento da personalidade na constituição de um ego autônomo, capaz de aceitar ou rejeitar conscientemente os modelos introjetados e de cooperar com outros egos na construção de uma sociedade baseada no consenso e não na violência externa ou interna?

Pensar, igualmente, na exigência ontogenética postulada por Piaget (1972), quando uma vez superada a fase da heteronomia moral o indivíduo aceita a modificação das regras, desde que ela seja consensual, exigindo a justificação e discussão das normas?

Sabemos que as práticas socializadoras das mulheres em nossa sociedade caracterizam-se primordialmente, pelas diferentes tentativas que, buscando afastar a mulher do espaço público, querem confiná-la ao espaço privado.

Ora, considerando, conforme Arendt (1981) que o privado se caracteriza pela privação de relações, tem-se que a mulher, tendo diminuídas ou limitadas suas oportunidades de relacionamentos e comunicações ficaria fundamentalmente prejudicada no desenvolvimento de seu processo perceptivo, cognitivo e comunicacional. Estariam, assim, facilitadas as vias de sujeição e portanto, de violência.

Então, socializar para a desprivatização da mulher como existente significaria não mais impedir seu acesso à aquisição dos instrumentos para perceber, pensar, comunicar e inventar um modo de atuação alternativo, bem como para defendê-lo publicamente, em conjunto com outros atores.

Somente a inserção no processo político permitirá a ampliação gradual da moldura argumentativa, incluindo, pouco a pouco, todos os indivíduos e todos os grupos, aproximando, gradualmente, os diversos campos de experiência, tornando visíveis todos os interesses, criando condições para os compromissos possíveis, afastando os conflitos evitáveis, tornando desnecessárias as soluções extrapolíticas. E somente ela tornará possível a remoção das estruturas da falsa consciência, geradas pelo autoritarismo, perpetuadoras do autoritarismo. (Rouanet, 1987, p.315).

Como se percebe, as denúncias mais variadas não param de explodir nos mais diferentes terrenos.

Pensamos ser irreversível o processo histórico de evolução da consciência humana com a consequente humanização do humano nesse ser.

Sabemos também, que contingências igualmente históricas separam os indivíduos em diferentes níveis de evolução dessa consciência.

Resta indagar, contudo, quantos retornos na espiral da existência a mulher, como ser humano, terá ainda que fazer, para legitimar sua condição de existente, com direito, portanto, à liberdade de se construir como sujeito autônomo?...

Referências Bibliográficas

- Alambert, Zuleika. O feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo, Nobel, 1986.
- Arendt, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- Beauvoir, Simone de. O segundo sexo. 4.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- Bringas, Angeles S. Marxismo y feminismo: mujer-trabajo. Nueva Antropología. México, vol. VIII, n. 30, 1986.
- Chauí, Marilena. Sobre mulher e violência. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, n. 4, 1985.
- Engels, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- . A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global, 1985.
- Firestone, Shulamith. A dialética do sexo. Labor do Brasil, 1976.
- Freud, S. Obras Completas. Madrid, Bibl. Nueva, 1967. Vol. I, II e III.
- Piaget, J. A epistemologia genética. Rio de Janeiro, Vozes, 1972.
- Rouanet, S.P. A razão cativa. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Saffioti, Heleieth. Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.
- Schwazer, Alice. Simone de Beauvoir hoje. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.